

AS CONDIÇÕES INFRAESTRUTURAIIS DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS DE SÃO LUÍS/MA: O DITO, O ESCRITO E O FEITO NO PERÍODO DE 2014 A 2022

Efraim Lopes Soares^{1*} Ywry Crystiano da Silva Magalhães² Michele Maria de Oliveira Serra³ Hannah Allethia Silveira Silva⁴ Flávia Cristina Moreira dos Anjos⁵

¹ Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); ² Instituto Federal do Maranhão (IFMA); ³ Universidade Federal do Maranhão (UFMA); ⁴ Universidade Federal do Maranhão (UFMA); ⁵ Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) do estado do Maranhão

Resumo: O presente artigo teve como objetivo analisar as condições infraestruturais dos espaços e equipamentos públicos esportivos sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer (SEMDEL) da cidade de São Luís/MA, no período de 2014 a 2022, com vista a explicitar a existência ou não de uma política de conservação e segurança nesses logradouros. O estudo é de natureza quanti-qualitativa, cujo objetivo se caracteriza como exploratório. A proposta se deu por meio da combinação de análise documental, pesquisa de campo e levantamento bibliográfico. Para a sua operacionalização, adotou-se como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada, os formulários e a observação sistemática, visando responder sobre qual é o papel da SEMDEL na promoção de ações direcionadas à conservação e segurança dos espaços e equipamentos esportivos que estão sob sua responsabilidade. Os resultados revelaram haver uma tímida atuação do poder público no gerenciamento de uma política de conservação e segurança dos espaços e equipamentos esportivos, agravada face ao não reconhecimento da referida Secretaria como órgão responsável pela gestão de mais de 85% dos logradouros. Há um esvaziamento propositivo, tanto no que diz respeito à elaboração de um plano de gestão, que descreva a realidade e principais necessidades das localidades que possuem ou não tais espaços, quanto na destinação de recursos financeiros capazes de atender de forma perene às condições infraestruturais de todos os ambientes. Comprovou-se que, dentro dos limites administrativos geográficos da cidade de São Luís, existem bairros sem nenhum espaço de lazer esportivo, ao passo que, em outros, há uma visível concentração, revelando uma desigualdade de acesso decorrente da ação do poder público.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Espaços e Equipamentos Esportivos; Condições Infraestruturais; SEMDEL

* Autor correspondente. efrainsoares16@hotmail.com; Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), 65055-310, São Luís, Maranhão, Brasil.

THE INFRASTRUCTURAL CONDITIONS OF SPORTS FACILITIES AND EQUIPMENT IN SÃO LUÍS/MA: WHAT WAS SAID, WRITTEN AND DONE BETWEEN 2014 AND 2022

Abstract: The aim of this article was to analyze the infrastructural conditions of the public sports spaces and equipment under the responsibility of the Municipal Sports and Leisure Department (SEMDEL) in the city of São Luís/MA, from 2014 to 2022, with a view to explaining the existence or not of a conservation and safety policy for these areas. The study is of a quantitative and qualitative nature, with an exploratory objective. The proposal was based on a combination of document analysis, field research and a bibliographic survey. For its operationalization, semi-structured interviews, forms and systematic observation were used as data collection techniques, with the aim of answering the question of SEMDEL role in promoting actions aimed at the conservation and safety of the spaces and sports equipment under its responsibility. The results showed that the public authorities are timid in their efforts to manage a policy for the conservation and safety of sports facilities and equipment, aggravated by the fact that SEMDEL is not recognized as the body responsible for managing more than 85% of the streets. There is a lack of proposals, both in terms of drawing up a management plan that describes the reality and main needs of the locations that do or do not have such spaces, and in terms of allocating financial resources capable of permanently meeting the infrastructural conditions of all the environments. It was proven that, within the geographical administrative limits of the city of São Luís, there are neighborhoods without any sports leisure spaces, while in others there is a visible concentration, revealing an inequality of access resulting from the actions of the public authorities.

Key words: Public Policies; Sports Spaces and Equipment; Infrastructural Conditions; SEMDEL

Introdução

O presente artigo apresenta um dos resultados da pesquisa intitulada “Espaços e equipamentos esportivos de lazer em São Luís – MA: uma análise da ação do poder público municipal e estadual”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

Este trabalho se ocupará em demarcar, especificamente, as condições infraestruturais dos espaços e equipamentos esportivos que estão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer (SEMDEL), no período de 2014 a 2022, com vista a explicitar a existência ou não de uma política de conservação e segurança nesses logradouros. O eixo de análise foi estruturado com base nos relatórios de atividades, entrevista semiestruturada, formulário e roteiro de observação.

Para tanto, parte-se do entendimento que os estudos das políticas públicas de esporte no Brasil na contemporaneidade se intensificaram a partir da sua constitucionalização na Lei Maior do país, aprovada em 1988 (CF/88), na qual o Estado brasileiro assume legalmente a responsabilidade de promover o esporte como dever do poder público e direito de cidadania¹. Ademais, a criação, em 2003, do Ministério do Esporte como órgão responsável pela proposição e promoção de planos e ações, resulta da intenção do Estado de delinear a implantação de uma política pública que atenda de modo efetivo as especificidades do setor.

De outra parte, destaca-se que, para além da importância da existência de um órgão gestor, são vários os outros aspectos que compõem a política pública de esporte, que vai desde a sua concepção, seus ordenamentos legais, o financiamento, os recursos humanos, os programas e projetos desenvolvidos, até os espaços, equipamentos e materiais necessários para que as ações do Poder Executivo, em suas diferentes esferas (municipal, estadual e federal), venham a se configurar como uma efetiva política pública na área.

Com efeito, a existência de espaços e equipamentos públicos de lazer esportivos é uma das formas do Estado garantir que a população tenha oportunidade de vivenciar experiências diversas. Contudo, pode existir o espaço e o equipamento público sem haver a apropriação destes, devido a fatores como degradação da infraestrutura, ausência de segurança, iluminação, acessibilidade, dentre outros.

Dessa forma, justifica-se a relevância deste estudo, considerando a necessidade de contribuição acadêmico-científica nesse cenário, principalmente no que se refere à possibilidade de analisar a existência ou não de uma política voltada para os aspectos

supramencionados. A hipótese inicial é que a política de infraestrutura esportiva na capital maranhense é precária e insuficiente para atender à demanda da população e, por conseguinte, não garante o direito ao lazer esportivo.

Materiais e Métodos

Traçar o percurso metodológico para responder à problemática de uma pesquisa é um exercício eminentemente complexo, pois envolve abordagens teóricas, métodos e procedimentos diversos. No caso deste artigo, por se tratar de um estudo que busca analisar a ação estatal na implementação de uma política setorial, o desenvolvimento das ferramentas analíticas para responder sobre qual é o papel da SEMDEL na promoção de ações direcionadas à conservação e segurança dos espaços e equipamentos que estão sob sua responsabilidade destaca, ainda mais, essa complexidade.

Para tanto, o presente estudo tem uma abordagem quanti-qualitativa, cuja proposta se deu por meio da combinação de análise documental, pesquisa de campo e levantamento bibliográfico, representando os procedimentos de coleta, bem como as fontes de dados.

No que tange aos seus objetivos, a pesquisa é caracterizada como exploratória, pois, além de proporcionar maior entendimento sobre o problema, deixando-o mais explícito e/ou suscetível à formulação de questões investigativas a partir do refinamento da problemática, permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos, tendo em vista o menor grau de rigidez quanto ao seu planejamento².

A revisão bibliográfica, que subsidiou a compreensão do fenômeno estudado, teve como escopo teórico, majoritariamente, os artigos científicos que versam sobre a temática das políticas públicas, em especial de esporte e lazer, como também sobre os espaços e equipamentos esportivos. Utilizou-se como ferramenta de busca as plataformas *Scielo*, Periódico CAPES e o *Google* acadêmico. Como critério de busca e seleção dos arquivos, levou-se em consideração as palavras-chave: “esporte e lazer”; “espaços e equipamentos públicos”; espaços e equipamentos esportivos, abrangendo os trabalhos publicados a partir do ano de 2000. De igual modo, a pesquisa documental consistiu na exploração de dados em diferentes fontes, como: relatórios de atividades e regimento interno da SEMDEL, Ofício n. 006/2022 – GS/SEMDEL, planos plurianuais (PPA) e Lei Orgânica do Município de São Luís.

Para a operacionalização do estudo, adotou-se como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada, os formulários e a observação sistemática. Por se tratar de pesquisa cujos procedimentos metodológicos envolvem a utilização de dados obtidos diretamente com

os participantes, assinala-se que a mesma obteve aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão (CEP/UFMA), que se manifestou de modo favorável por meio do parecer consubstanciado n. 4.300.151 e do CAAE n. 35246920.1.0000.5086. Dessa forma, o formulário da pesquisa era constituído por informações sobre o objetivo da pesquisa, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) acerca do estudo em questão, para que os participantes que desejassem seguir no estudo fossem devidamente orientados.

A entrevista foi realizada com o gestor da pasta (secretário adjunto) e obedeceu a um roteiro contendo perguntas fechadas e abertas, a partir de questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses, o que ofereceu, conforme preceitua Triviños³, um amplo campo de interrogativas *vis-à-vis* às novas hipóteses que surgiam à medida que se recebiam as respostas do informante.

Já o formulário, por ser um dos instrumentos essenciais para a investigação social⁴, foi elaborado em formato de questionário do tipo múltipla escolha e consistiu em obter informações diretamente dos administradores e usuários dos espaços e equipamentos esportivos. A observação estruturada dos logradouros, por sua vez, buscou responder aos propósitos preestabelecidos, tendo como eixo principal a coleta de dados referentes à manutenção/conservação e segurança.

Para o mapeamento dos espaços e equipamentos esportivos que estão sob a responsabilidade da SEMDEL, utilizou-se a geolocalização via *Google Maps Pro*, a visita *in loco* e o rastreamento pelo sistema de coordenadas, tendo como referência o documento disponibilizado pela referida secretaria, que descreve o nome, o bairro e o tipo de espaço.

Como critérios de inclusão e exclusão, adotou-se que seriam excluídos da pesquisa os logradouros indisponíveis para a observação e/ou aplicação dos questionários, ou seja, os não localizados/inconsistentes, em reforma ou sem nenhum usuário – maior de 18 (dezoito) anos – e/ou sem administrador no local para participar do estudo. Nesse contexto, dos 34 (trinta e quatro) espaços notificados pela SEMDEL, 11 (onze) não foram observados.

No que diz respeito à organização da análise dos dados obtidos, os procedimentos utilizados perpassam por diferentes fases ou “polos cronológicos”⁵, os quais serviram de base para este estudo, isto é: pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados, inferências e interpretação.

A pré-análise correspondeu à organização das primeiras ideias e elaboração de indicadores para a interpretação dos documentos coletados. Assim, essa fase teve por objetivo

“tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise”⁵.

Deste modo, inicialmente, fez-se a leitura geral dos relatórios de atividades, PPA, Ofício n. 006/2022 – GS/SEMDEL e regimento interno para a apreciação e identificação dos principais pontos retratados nestes documentos. Após a leitura integral desse *corpus*, foi elaborado um quadro, contendo os seguintes elementos: “período”, “diretrizes do PPA”, “chefe do Executivo”, “partido político”, “secretário de esporte e lazer”, “finalidade da secretaria”, “orçamento planejado”, “orçamento executado”, “plano de gestão”, “dimensão do esporte” (educacional, rendimento e/ou participação) e “espaços/equipamentos”.

A partir desses dados, seguiu-se para a exploração do material, que se operacionalizou por meio da descrição de todas as informações em planilhas do *Excel*. Essa fase também contou com a transcrição das entrevistas e tabulação dos formulários, representando a totalidade dos indicadores/eixos analíticos previamente selecionados para este estudo (manutenção/conservação e segurança).

Com os três conjuntos de dados estruturados, deu-se início ao seu tratamento por meio da análise de conteúdo⁵. Buscou-se estruturar a análise tendo por base um modelo analítico que permitisse a confluência e visualização dos três conjuntos de dados (documentos, entrevista e formulários, como também o roteiro de observação), considerando a diversidade das informações tabuladas, na perspectiva de possibilitar o diálogo entre essas dimensões.

Em vista disso, elencou-se como dimensões analíticas o “escrito”, o “dito” e o “feito” na intenção de explicitar a congruência ou não entre o que foi posto nos documentos oficiais e relatórios de atividades (escrito); o afirmado pelo gestor, na entrevista, e pelos administradores via questionários (dito); e o que foi constatado a partir da observação direta e a percepção dos usuários dos espaços e equipamentos (feito) para os indicadores/eixos analíticos anteriormente listados.

A análise do modelo citado permitiu elucidar, de modo consistente, o objetivo previamente traçado nesta pesquisa, o que poderá ser observado por meio das inferências e interpretações geradas a partir das tabelas, dos quadros e das figuras. Assim, o texto que se segue está estruturado de modo a detalhar e especificar tais características.

Resultados e Discussão

A compreensão e análise sobre a conservação/manutenção e segurança de espaços e equipamentos esportivos têm como importante ponto de fluxo o reconhecimento do valor que

esses ambientes possuem para a população local. Trata-se, sobretudo, de destacar como uma infraestrutura adequada e de qualidade pode proporcionar, para além de práticas esportivas diversas, a integração, o convívio social e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida.

Todavia, em se tratando de espaço público e da ação por parte da administração pública no desenvolvimento de estratégias voltadas para esse setor, é preciso ter em mente que há diversas variáveis que atravessam a ação do gestor no direcionamento ou não de resoluções que visem melhorias na infraestrutura e segurança desses espaços, uma vez que, de acordo com Magalhães⁶, há uma tendência por parte dos gestores de colocar a sua marca pessoal na política, destacando, a cada ciclo, a natureza das ações governamentais.

Em referência, especificamente, aos aspectos gerenciais, observa-se, a partir da literatura, que o poder público, em regra, tem falhado na administração e conservação desses espaços esportivos, não sendo prioridade da agenda política e, tampouco, governamental, o fomento de práticas esportivas ou mesmo a destinação de recursos públicos para a promoção dessa arena. Segundo Moreno, Santos e Fidalgo⁷, “apesar do reconhecimento acadêmico da importância das áreas verdes urbanas, há uma tendência de se ‘economizar nos espaços para o lazer’, principalmente nas zonas urbanas mais pobres”, devido ao fato de a manutenção ser muito custosa para o governo e por não haver ajuda na conservação dos espaços por parte da população. Nesse bojo, Silva, Silva e Amorim⁸, afirmam ser

[...] de fácil percepção que a melhoria e ampliação dos equipamentos de lazer não são constantemente reivindicadas e, assim, não são entendidos como uma das prioridades da gestão, ocasionando por muitas vezes um sucateamento e descaso nos já ínfimos e inadequados espaços públicos de lazer [...] Além da luta para a obtenção de novos espaços, é preciso tratar da conservação dos já existentes, visto que, muitas vezes, a solução não está na construção de novos equipamentos, mas na recuperação e revitalização de espaços destinando-os a sua função original, ou, com adaptações necessárias, a outras finalidades.

Na mesma direção, Anjos e Silva⁹ relatam que a infraestrutura das academias ao ar livre em Campo Grande/MS se apresenta deficitária, sobretudo por serem descobertas e não contemplarem banheiros, vestiários, bebedouros e lixeiras, além da falta de conservação dos aparelhos, que age negativamente sobre as pessoas que buscam utilizar desses espaços para a prática de alguma atividade física. Em suas palavras:

a presença de ferrugem ou desgastes na pintura, frouxidão decorrentes da ausência dos parafusos e rangidos por falta de lubrificação tem feito com que parte dos aparelhos não sejam utilizados por estarem inapropriados. **Não há manutenção programada dos aparelhos em decorrência da ausência de recursos financeiros destinados especificamente para esse fim**, o que faz com que fiquem por muito tempo quebrados [...]. As melhorias que ocorrem são fruto de recursos do fundo da prefeitura [...] ou de iniciativas da própria comunidade (grifos dos autores).

Já Ungheri, Medina e Pereira¹⁰ denunciam a preocupante situação de conservação e de

estruturas dos espaços e equipamentos públicos da cidade de Ouro Preto/MG que, por uma inação do poder público, inviabilizam a sua utilização pela própria população. De modo geral, conforme enfatizam Ungheri e Isayama¹¹,

[...] as cidades ainda não cuidam adequadamente das condições de permanência das pessoas nos espaços públicos, revelando a necessidade de se debruçar no desenvolvimento de estratégias que permitam vivenciar as experiências de lazer e esporte neles potencializadas. Trata-se, portanto, de um ambiente urbano convidativo às relações sociais comunitárias, em que os sujeitos desfrutam de espaços e equipamentos confortáveis – sobretudo nas dimensões da segurança pública, transporte público, conforto visual e mobiliário.

Nessa perspectiva, a segurança pública também se apresenta como uma variável importante, uma vez que espaços e equipamentos públicos mais seguros podem possibilitar e incentivar a prática de atividades físicas pela população. Silva, Petroski e Reis (2009)¹², buscando identificar as barreiras e facilitadores para atividade física em usuários de um parque público do Paraná, apontam a segurança pública como um fator estimulador para o lazer esportivo, que, inclusive, independente de outras variáveis sociodemográficas. Já o estudo de McGinn et. al. (2008)¹³ mostra que a alta taxa de criminalidade em espaços públicos pode inibir a apropriação da população para a prática de atividades físicas no lazer. Evidência também apontada por Amorim et. al. (2010)¹⁴, cuja ausência de segurança somada a inexistência de iluminação pública podem levar ao esvaziamento dos espaços esportivos face ao número de crimes nesses locais.

De outro modo, embora não seja objeto de estudo deste trabalho, tendo em vista o recorte analítico adotado, é importante destacar que, para além das ações do poder público voltadas à garantia de segurança pública nesses logradouros, a promoção de uma política de animação, com programas e projetos formulados para serem implementados, também pode ser uma das formas do gestor possibilitar a apropriação dos mesmos e, conseqüentemente, trazer uma maior segurança aos seus usuários. Conforme evidencia Tschoke e Rechia (2012, p. 276)¹⁵, “o sentimento de insegurança da comunidade, a violência, o próprio vazio dos espaços, a raridade de ações no âmbito do esporte e lazer”, dentre outros, são questões que dificultam, e até mesmo impedem, a apropriação dos espaços pela população.

Nesse contexto, verifica-se que os espaços e equipamentos de esporte e lazer assumem um lugar importante nas políticas públicas para o convívio social⁸, os quais têm se difundido pelo Brasil, ampliando as possibilidades de ações e programas, oferecendo à sociedade serviços relacionados aos interesses físico-esportivos.

Não por acaso, a forma como esses espaços e equipamentos se encontram distribuídos nas cidades é condição *sine qua non* para a implementação de políticas que busquem garantir o

direito ao lazer esportivo, como também possibilitar uma maior apropriação deles por diversos segmentos da sociedade. Frente a isso, o primeiro passo da análise deste estudo seguiu por mapear a distribuição dos espaços que estão sob a responsabilidade da SEMDEL.

Assim, no caso da capital maranhense, como mencionado, a identificação dos logradouros se deu por meio de documentação oficial fornecida pela SEMDEL. Dos 34 (trinta e quatro) espaços esportivos informados, 29 (vinte e nove) foram visitados, sendo que, destes, 23 (vinte e três)¹ integram a amostragem analítica.

Ao analisar a distribuição dos espaços e equipamentos que estão sob a responsabilidade da Secretaria, a *Figura 01* sinaliza para a existência de uma concentração desses logradouros, ou seja, uma distribuição não democrática, embora seja possível inferir um crescimento tímido em direção a bairros mais afastados do centro da cidade, tendo como referência a parte do mapa em que há uma maior concentração dos espaços.

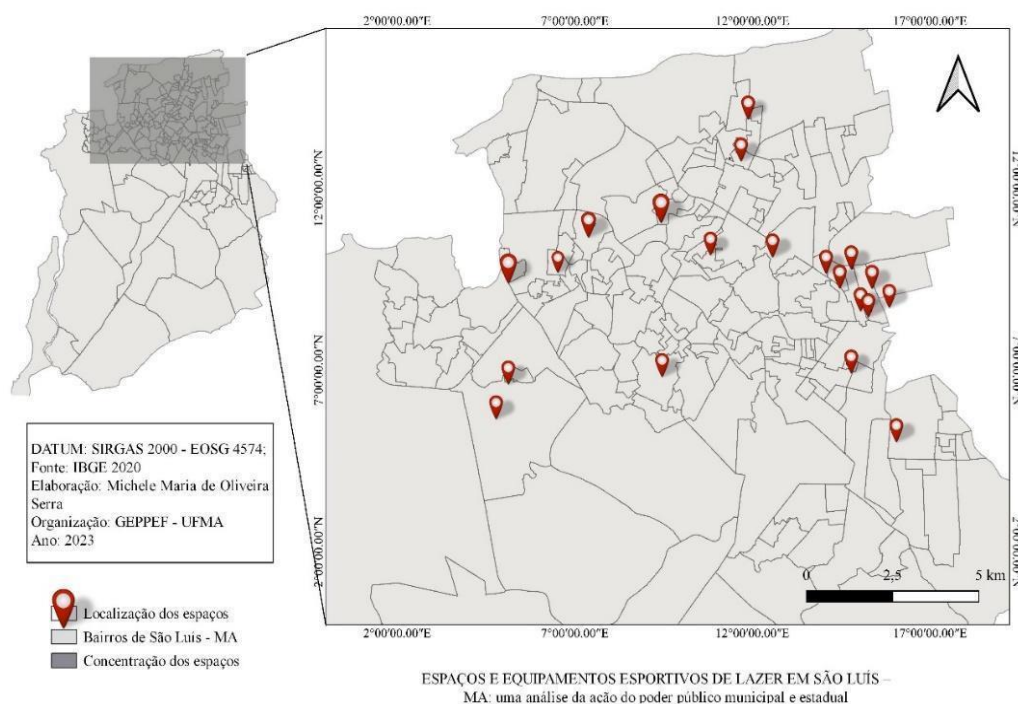


Figura 01 - Distribuição dos espaços esportivos sob a responsabilidade da SEMDEL/São Luís²

Legenda da figura: : Norte geográfico, : Escala gráfica, : Localização dos espaços, : Cidade de São Luís/MA e delimitação dos bairros, : Indicador da área com maior concentração dos espaços, : Símbolo da ampliação geográfica da área de concentração dos espaços.

Isso revela uma ação intencional do poder público municipal no planejamento de

¹ Praça das Mercês; Praça do Babaçu; Quadra Poliesportiva Parque dos Sabiás; Praça da União; Estádio Cardozão; Praça do Vôlei; Praça do Bacurizeiro; Praça da Boa Vizinhança; Praça Othelino Filho, Praça; Honorina Braga; Praça dos Sonhos; Praça das Flores; Praça Antônio Araújo Melo; Praça das Margaridas; Praça das Mães; Quadra do Sabará; Praça Maria Pinho; Praça Doze de Outubro; Praça da Vitória; Praça Ednor Soares; Ginásio Tião; Quadra Poliesportiva da Liberdade; e, Praça Nossa Senhora do Carmo.

² Devido a uma escala menor no mapa, 3 (três) espaços ficaram sobrepostos.

políticas direcionadas para o setor, tendo em vista que, em São Luís, existem bairros sem quaisquer espaços e equipamentos, pois, dos mapeados, evidenciou-se uma concentração nas regiões Norte e Nordeste do município, havendo predomínio deles na área urbana em detrimento da área rural, reforçando a desigualdade social na distribuição desses logradouros.

No que se refere aos dados dos indicadores que versam sobre a conservação/manutenção e segurança dos espaços e equipamentos, as dimensões do escrito, o dito e o feito revelam, de modo geral, que tais logradouros se encontram em condições inadequadas para o uso.

Assim, analisando as características dos indicadores a partir das ideias apontadas pelo “escrito”, isto é, os documentos que descrevem as atividades desenvolvidas anualmente pela SEMDEL¹⁶, como também as diretrizes e os programas definidos nos PPA^{17,18}, é possível destacar que para o indicador “segurança” não há a definição de metas, ações ou mesmo plano de gestão.

De modo específico, os dois PPA analisados (2014-2017 e 2018-2021) apenas abordam de forma genérica os fatores ligados a esse indicador. A relação mais próxima estabelecida entre “segurança” e a política esportiva está enquadrada na dimensão “Juventude”, do PPA 2014-2017¹⁷, no qual a previsão de segurança (ou a falta dela) está condicionado ao acesso ou não da população aos locais destinados à prática esportiva. Assim, mesmo que as questões referentes à segurança possam estar contempladas pela Secretaria de Segurança Pública, não se observa uma relação de cooperação favorável à política esportiva e de ocupação dos espaços analisados, tampouco há ações de intersetorialidade entre as duas pastas.

Já com relação ao indicador conservação/manutenção, evidencia-se que, embora seja ausente um plano de gestão que garanta uma leitura mais efetiva sobre quais áreas da cidade teriam a necessidade de implantação de uma política de ampliação e animação esportiva para a respectiva comunidade, há uma preocupação dos agentes públicos de constituírem metas e ações prioritárias destinadas à manutenção desses espaços e equipamentos, por meio da “construção, ampliação, reforma e modernização das instalações esportivas”^{17,18}.

A propósito, tal previsão está alinhada ao disposto no Art. 1º da Lei n. 4.902/2007, que trata do regimento da SEMDEL, o qual enfatiza ser de competência da Secretaria “planejar, coordenar, fiscalizar, sistematizar e executar a política municipal de desporto e lazer”¹⁹, incluindo-se a administração e conservação dos logradouros. Entretanto, para que o esporte se concretize como direito de cidadania *vis-à-vis* a utilização de espaços e equipamentos públicos, é imprescindível a efetivação de ações voltadas à melhoria das condições infraestruturais desses logradouros, com destinação de recursos financeiros que garantam o seu funcionamento

adequado, bem como boas condições de uso.

A análise sobre os PPA revela que, embora o Poder Executivo tenha sido ocupado durante oito anos por um único ator³, não há uma política preocupada em manter metas e prioridades relacionadas às condições infraestruturais dos espaços e equipamentos que estão sob responsabilidade da SEMDEL. Na realidade, há uma inconstância na previsão orçamentária para a referida demanda, com o PPA de 2018-2021 apontando um valor quase três vezes maior que no período anterior (*Tabela 01*). Tal fato é um importante indicador da ausência de plano de gestão direcionado para a pasta – o que tem se mantido nas diferentes gestões.

Tabela 01 – Orçamento previsto nos PPA para a conservação/manutenção dos espaços e equipamentos esportivos da SEMDEL, período 2014 a 2021⁴

	Período/ Orçamento	Orçamento Planejado	Orçamento previsto para infraestrutura
PPA 2014 a 2017	2014	2.949.649,00	685.000,00
	2015	3.082.383,00	715.825,00
	2016	3.221.090,15	748.037,13
	2017	3.366.039,09	781.698,80
	Total	12.619.161,24	2.930.560,93
PPA 2018 a 2021	2018	16.632.402,42	6.442.198,46
	2019	5.100.779,87	200.000,00
	2020	5.125.854,08	200.000,00
	2021	5.139.190,56	200.000,00
	Total	31.998.226,93	7.042.198,46

Nesse sentido é que Ungheri e Isayama¹¹, ao pensar nos equipamentos públicos de esporte e lazer nas cidades, consideram que parte do desafio na administração desses logradouros está na operacionalização financeira do processo, pois a mesma é perene e se configura como despesa regular nas gestões públicas.

Assim, planejar e promover programas de duração continuada que visem garantir a durabilidade e funcionalidade desses espaços, incluindo-se reparos, substituições de equipamentos danificados, limpeza regular, cuidados com a vegetação e paisagismo, bem como iluminação adequada e presença de equipe de segurança, são fundamentais para promover a prática de atividades físicas, o convívio social e o bem-estar da comunidade local.

Complementando o exposto, Rechia²⁰ afirma que, embora a existência de infraestrutura de esporte seja essencial para o acesso a sua prática, entraves como violência, uso abusivo de

³ A prefeitura de São Luís, no período que correspondeu à análise documental, teve à frente o político e empresário Edivaldo Holanda Júnior (PDT), que foi o responsável pela elaboração do PPA, propondo as diretrizes, objetivos e metas que guiaram os programas previstos no orçamento do Estado a partir da Lei Orçamentária Anual (LOA).

⁴ Elaborada pelos autores a partir dos dados disponíveis no site *online* da Prefeitura de São Luís. Disponível em: <https://transparencia.saoluis.ma.gov.br/pagina/1573/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

drogas, escassez de ações efetivas de políticas públicas de esporte e lazer, de gestão e administração dos espaços e equipamentos são fatores inibidores de sua apropriação. Desse modo, vale ressaltar que

o espaço de lazer tem uma importância social, por ser um espaço de encontro e de convívio. Através desse convívio, pode acontecer a tomada de consciência, o despertar da pessoa para descobrir que os espaços urbanos equipados e conservados para o lazer são indispensáveis para uma vida melhor para todos e que se constituem em um direito dos brasileiros. Assim, vale a pena cobrar para que o poder público se faça presente nesse setor, mas é preciso que a comunidade assuma também sua parcela de responsabilidade nessa cogestão²¹.

A ausência de uma política preocupada em efetivar programas de duração continuada também é percebida por meio das características descritas no “dito”. A entrevista realizada com o gestor da pasta é marcada por um profundo desconhecimento da Secretaria no que diz respeito aos recursos disponíveis para a manutenção desses logradouros, o que sinaliza para diversas inconsistências quanto à existência de previsão orçamentária para a área.

Precisamente, isso denota uma fragilidade da respectiva gestão, pois, como demonstra Magalhães⁶, o pouco domínio sobre a legislação impede a busca e o tensionamento na disputa pelo fundo público, embora se compreenda que a linguagem orçamentária, por vezes, faz com que alguns gestores se afastem dessa temática. De acordo com o depoimento do gestor,

[...] Na SEMDEL existem três fontes de recursos. A primeira é do orçamento anual, onde engloba tudo: folha, patrimônio, limpeza, expediente, esporte, existem **algumas rubricas que atendem alguns reparos, mas ela não atende a todos os espaços, pequenos espaços a gente tem como atender, mas estruturas maiores não**. A outra fonte são as Emendas Parlamentares, que são destinadas de acordo como vem do Legislativo, [isto é], encaminhado por cada demanda. [...] A terceira, eu até brinco, a assessoria técnica tem que ficar vigiando o *site* do Governo Federal, que são os próprios projetos federais para determinada área, tem muito recurso, por exemplo, para a terceira idade.

[...] Na última gestão de 2019/2020, o prefeito Edivaldo Holanda entregou vários equipamentos públicos na cidade toda. [...] Quando ele entregou, a comunidade tomou conta, isso criou um entrave muito grande, porque [...] o poder público custa a chegar para que possa fazer a manutenção do alambrado que quebrou ou de uma tabela de basquete [...] Sabem que o reparo vai demorar a chegar. **Então, isso cria um problema muito grande [...] A SEMDEL não tem dotação orçamentária para esse tipo de trabalho**. Dentro do quadro de funcionários [...] não tem engenheiro, não temos um quadro para esse tipo de situação de trabalho para manutenção (Banco de dados da pesquisa, 2022, grifos dos autores).

Sobre o reduzido quadro de funcionários na política esportiva municipal, que está presente na fala do gestor, sobretudo no que tange à manutenção/conservação dos logradouros, a ausência de concursos públicos faz com que a Secretaria se constitua como um espaço propício para a acomodação de empregos, o que gera, de acordo com Dalmas²², grande rotatividade de servidores, intensificando a precarização das condições de trabalho e dificultando a consolidação da política de esporte.

Ao se observar o Portal da Transparência da Prefeitura de São Luís (São Luís, 2023), identifica-se que, do total de 160 (cento e sessenta) servidores, apenas 2,4% compõem o quadro efetivo da SEMDEL, sendo 86,2% “prestadores de serviço”, saltando aos olhos o número elevado de funcionários que possuem somente vínculo temporário.

Enfatiza-se que, a cada gestão municipal, mais de 90% dos que integram a estrutura da referida Secretaria podem perder seu vínculo. Portanto, no que diz respeito à categoria “recursos humanos”, ter uma alta rotatividade no quadro de funcionários do órgão, possivelmente, seja um dos pontos fulcrais para justificar a descontinuidade das suas políticas públicas, pois, se ausente a memória administrativa adquirida por intermédio de servidores de carreira, a consequência é se ter uma precariedade na prestação dos serviços públicos ofertados.

Na visão de Magalhães⁶, a carência de quadros qualificados em determinadas subunidades nacionais para pensar as políticas públicas, dificulta o fortalecimento das ações locais, ou seja, definir quem é o responsável pela política é tão importante quanto o conteúdo da política. Para o caso em tela, a ausência de corpo técnico especializado (engenheiros, arquitetos, etc.) no quadro de funcionários da Secretaria acaba impedindo uma atuação mais efetiva destinada à conservação/manutenção dos equipamentos esportivos.

Quanto às emendas parlamentares supracitadas, ressalta-se que essa não é uma prática exclusiva da gestão municipal de São Luís, tendo em vista que acontece em todo o território nacional. Essa estratégia institucional atua muitas vezes como moeda de troca por meio do mecanismo de patronagem política, que, a maioria delas, destina-se à construção da infraestrutura esportiva, conforme aponta Carneiro *et. al.*²³ em seu estudo.

Além do mais, obter recursos financeiros por meio de emendas parlamentares para a infraestrutura esportiva sem, contudo, definir um plano de gestão antecipadamente, assume, para Mascarenhas²⁴ e Teixeira, Carneiro, Mascarenhas e Matias²⁵, um caráter clientelista, uma vez que os parlamentares alimentam os seus redutos eleitorais por meio de construção de equipamentos esportivos sem nenhuma articulação direta com a política esportiva.

De modo complementar, Castro, Scarpin e Mezzadri²⁶ afirmam que a construção de infraestruturas esportivas por meio de emendas parlamentares se torna cada vez mais presente em detrimento de projetos esportivos, devido ao caráter permanente do equipamento a ser construído, o que não demandaria a presença de recursos humanos para a continuidade das ações caso optassem pelos projetos. Na visão dos autores, as emendas parlamentares trazem a falsa impressão da ampliação do direito ao esporte por meio da construção de equipamentos, entretanto o objetivo maior seria aumentar o prestígio dos parlamentares diante do seu

eleitorado.

No que concerne ao financiamento por meio do Governo Federal, presente na fala do gestor, demarca-se que isso é decorrente da ausência de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer, o que impede a garantia de um financiamento e as competências para cada ente federado. Toda essa imprecisão interfere na materialização da política de esporte, o que debilita as ações de manutenção/conservação dos espaços e equipamentos construídos⁶.

Em relação ao indicador “segurança”, atualmente, o gestor reconhece apenas três espaços – o Ginásio Sabará, as quadras do Parque do Bom Menino e o Estágio Nhozinho Santos – como de sua responsabilidade direta, de um total de 34 (trinta e quatro) informados via ofício pela própria Secretaria, como já foi mencionado. De modo específico, tais espaços estão sob a responsabilidade da própria comunidade por meio de um Comitê Gestor, conforme afirma o dirigente da pasta:

Dentro dos espaços que nós trabalhamos administrativamente, temos a segurança da própria Guarda Municipal, principalmente no Parque do Bom Menino, pois lá tem um posto da Guarda Municipal. Já nos outros espaços, por exemplo, uma escolinha de futebol, que o Departamento de Futebol que absorve o professor para dar aula, é responsabilidade da própria comunidade lá [...] **Todos os outros logradouros e todas as outras praças esportivas são administradas pelo Comitê Gestor ou por alguma associação de bairro ou alguma Entidade**, por exemplo, nos campos, geralmente são as ligas ou associações de futebol dentro do bairro, que é da comunidade. A comunidade absorve esse tipo de situação (Banco de dados da pesquisa, 2022, grifos dos autores).

Nota-se assim uma clara falta de planejamento do poder público uma vez que a comunidade não é consultada no momento da construção do equipamento esportivo (considerando-se que inexistente um plano de gestão), e ao final é dada a ela a “responsabilidade” de gerir e fazer a manutenção dos espaços esportivos. Essa prática se assemelha ao relatado no estudo de Dalmas²², no qual afirma que as Regiões Administrativas do Distrito Federal com o menor poder econômico são duplamente penalizadas quando se trata da democratização da prática esportiva. Para o autor, além da carência de equipamentos esportivos comparadas a outras regiões do DF, essas comunidades são forçadas a usarem seus escassos recursos financeiros para realizar a manutenção de espaços e equipamentos esportivos. Na visão de Pereira²⁷ essa inação do poder público é algo intencional. Diante dessa realidade, a autora salienta que “(...) essa não-ações não são inócuas pelo fato de e não se realizarem. Pelo contrário, elas geram impactos que, por vezes, podem ser mais dramáticos do que os gerados por ações governamentais” (p. 98).

Quanto aos administradores, a *Figura 02* aponta os logradouros e os respectivos responsáveis por sua gestão. Observa-se que, para o quesito infraestrutura, os espaços e

equipamentos esportivos se encontram, em sua maioria, adequados para os seus usuários. De modo semelhante, quando se analisa os aspectos de manutenção e limpeza, por meio dos formulários aplicados com os administradores, evidencia-se que apenas um logradouro não teve uma avaliação positiva, qual seja, a Praça das Flores. Já com referência a presença ou não de segurança pública e/ou privada, explicita-se que não houve um consenso entre os administradores, os quais se dividiram, em sua maioria (4), entre ter integralmente ou parcialmente segurança, com os responsáveis das Praças das Flores e Maria Pinho afirmando inexistir esse quesito nos seus respectivos logradouros.

Espaços/equipamentos	Administrador	Infraestrutura	Conservação/ Limpeza	Segurança
Parque do Bom menino	1	Sim	Sim	Sim
Quadra Poliesportiva da Liberdade	2	Sim	Sim	Sim
Praça das Flores	3	Parcialmente	Não	Não
Praça Antônio Araújo Melo	4	Parcialmente	Parcialmente	Parcialmente
Praça Maria Pinho	5	Sim	Sim	Não
Praça das Margaridas	6	Sim	Parcialmente	Parcialmente

Figura 02 – O “dito” pelos administradores dos espaços e equipamentos esportivos – SEMDEL.

Outro destaque que merece atenção diz respeito à inconsistência gerencial desses espaços e equipamentos quando se compara com os dados retratados no “escrito”, pois se constatou que, do total informado pela Secretaria, em apenas 06 (seis) foram identificados os atores responsáveis por sua administração. Isso reafirma o entrave que a gestão municipal enfrenta face à ausência de um inventário documental que auxilie a administração pública nos seus diferentes governos. Isso acaba por promover uma confusão sobre quem compete a responsabilidade do espaço público, denunciando uma negligência do município na resolução de problemas.

No que se refere ao “feito”, evidencia-se também uma incongruência na fala do gestor acerca do aspecto administrativo. Ao se observar diretamente os logradouros, é possível identificar a gerência do poder público em pelo menos 14 (quatorze) dos 23 (vinte e três) que foram analisados, negando a afirmação do gestor de que a Secretaria se responsabilizava apenas por 3 (três) dos informados.

O reconhecimento apenas parcial de espaços e equipamentos públicos destinados à prática de atividades esportivas denuncia a inação do gestor público, em especial, o chefe do Executivo municipal, no direcionamento de uma política preocupada em atender de modo eficaz e “igualitário” à diversidade dos usuários que frequentam tais logradouros, pois, no final

das contas, prefere favorecer apenas aqueles que estão localizados em pontos estratégicos da cidade de São Luís.

Nesses termos, Ungheri, Medina e Pereira¹⁰, analisando os espaços e equipamentos no estado de Minas Gerais, afirmam que a localização tem estreita relação com as condições infraestruturais, de acessibilidade e de segurança em que tais logradouros se apresentam, uma vez que os espaços mais bem conservados se encontram na região central da cidade e/ou de maior potencial turístico.

Isso possivelmente é um dos pontos fulcrais para os resultados negativos dos indicadores referentes aos aspectos ligados à conservação e segurança desses espaços quando se observa o contexto a partir da política macro da Secretaria, isto é, considerando-se os aspectos financeiros (orçamento destinado às demandas infraestruturais), o plano de gestão (ausência de um programa de atividades elaborado a partir de uma necessidade concreta) e a formalização de relatórios de atividades que possam servir de proposta programática para futuros atores políticos que venham assumir a Secretaria.

O fato é que a SEMDEL deixa a desejar em todos esses quesitos e utiliza como argumento, por meio da sua atual gestão, a ausência de um quantitativo suficiente de servidores/funcionários que possa dar conta de todas as demandas da Secretaria, revelando uma falta de transparência dos aspectos financeiros gastos com cada atividade e/ou programa desenvolvido, ou mesmo a realização de um planejamento que dê conta de responder por ações que se aproximem da diversidade social presente na sociedade ludovicense.

Ademais, fica evidente até mesmo na própria fala do gestor, que, afirmando ter “nascido do esporte amador”, chega na Secretaria para dar suporte às federações esportivas e entidades que promovem o esporte em São Luís, ratificando o compromisso da pasta diretamente com o esporte de rendimento.

De outro modo, e importante esclarecer que, ao se falar em condições infraestruturais dos espaços que estão sob a responsabilidade da SEMDEL, é preciso considerar uma diversidade de características que integram as estruturas desses espaços e que, por esse motivo, necessitaria de uma atuação ativa do poder público como determinante no desenvolvimento de políticas direcionadas à população local. Isso porque, tal como esclarece Silva, Silva e Amorim⁸ sobre as condições estruturais públicas serem determinantes para amenizar o número de pessoas sedentárias na sociedade em face da mercantilização dos lugares destinados a realização de atividades físicas, preocupar-se de modo efetivo com esses espaços é, sobretudo, tornar mais presentes as relações entre espaço urbano, lazer e contemporaneidade.

Assim, em meio à diversidade dos espaços observados pelos pesquisadores e que constam entre os analisados, esses se apresentam, predominantemente, na forma de praças, mas que em sua estrutura possuem quadra poliesportiva ou campo de futebol alocados. Se investigou, também, os elementos infraestruturais neles inseridos a fim de identificar a existência ou não de área verde, lixeiras, estacionamento, banheiros, aparelhos de academia ao ar livre, iluminação, limpeza, estruturas de assento e/ou parquinho, dando ênfase ao estado de conservação/manutenção de toda a estrutura.

Para inferir sobre tais condições, durante a observação dos pesquisadores, adotou-se como critério de qualificação o grau de qualidade da estrutura física dos espaços e equipamentos esportivos disponíveis ao público, sendo considerados como “ótimos”, aqueles que ofereciam condições infraestruturais adequadas e em excelente estado de conservação; como “bom” ou “regular”, aqueles que atendiam apenas de modo parcial os elementos infraestruturais; e como “ruins” ou “abandonados”, aqueles que apresentassem elementos infraestruturais mínimos ou que não atendiam a nenhum dos elementos necessários para o uso.

Como resultado, conforme sistematizado na *Tabela 02*, constatou-se que 52,16% dos espaços (12) encontram-se em condições inadequadas (regular, ruim ou abandonado) quanto à conservação e manutenção, com apenas um deles aparecendo qualificado como “ótimo”, ou seja, apresentando características infraestruturais que estejam em excelente estado para o uso. Trata-se do Ginásio Tião, espaço administrado por uma empresa terceirizada, localizado no centro da cidade e em um dos principais parques de São Luís (Parque do Bom Menino). Devido à sua importância esportiva para os diversos projetos sociais, o ginásio se encontra no grupo dos espaços que conta com segurança pública e iluminação apropriadas todo o dia para a realização dos seus projetos e atividades.

Tabela 02 - Percepção dos pesquisadores sobre a conservação e segurança dos espaços e equipamentos esportivos – SEMDEL

Eixos temáticos	n	%
<u>Conservação/manutenção</u>	23	100
Ótimo	1	4,34
Bom	10	43,47
Regular	8	34,78
Ruim	3	13,04
Abandonado	1	4,34
<u>Segurança</u>	23	100
Pública (municipal/estadual)	7	30,43
Privada	-	-
Inexistente	16	69,56
<u>Iluminação</u>	23	100

Eixos temáticos	n	%
Bem iluminado	12	52,17
Mal iluminado	9	39,13
Inexistente	2	8,69

Ainda sobre os aspectos ligados aos eixos temáticos, enfatiza-se que, diferentemente do Ginásio Tião, os 10 (dez) espaços qualificados como “bom” não necessariamente se incluem entre aqueles que possuem segurança pública e/ou privada ou que possuem iluminação apropriada para as práticas de atividade esportivas. Como exemplo, destacam-se as Praças da Boa vizinhança, Othelino Filho, Honorina Braga, Praça dos Sonhos, das Flores e a Quadra do Sabará, que, embora apresentando condições apropriadas para a realização de programas e projetos, não estão assistidas por meio de segurança pública (estadual/municipal), inexistindo qualquer fiscalização nesse sentido.

A partir disso, dois destaques merecem ser pontuados. Primeiro, a inexistência de segurança pública, estadual ou municipal, para os usuários e, principalmente, para a estrutura física dos espaços e equipamentos esportivos, revela não ser uma condição indispensável para o bom estado de conservação deles, o que, no mínimo, apresenta-se como um fato curioso. Contudo, ao entender que, na prática, tais espaços, em sua maioria, são geridos pela própria comunidade, pode-se inferir que há uma relação de causalidade entre o estado de conservação deles e a ação da população local.

Segundo, a Quadra Sabará está entre os espaços declarados pelo secretário da SEMDEL como de sua responsabilidade. A observação direta revelou que a mesma não dispõe de segurança pública e que, inclusive, aparece entre os espaços classificados como “mal iluminados”. Supõe-se que a inação da SEMDEL, no que concerne à gestão dos seus espaços esportivos, ultrapassa a ideia inicial de que o gestor reconheça e administre apenas 03 (três) espaços, pois há uma ineficiência até mesmo com relação àqueles nos quais a Secretaria assume serem de sua responsabilidade.

Acerca dos espaços classificados como “ruim”, as *Figuras 03, 04, 05 e 06* são reveladoras sobre o estado de abandono que a estrutura física e demais equipamentos que integram o Estádio Cardosão e as Praças do Vôlei, Bacurizeiro e da Vitória se encontram. São espaços e equipamentos teoricamente administrados integralmente pelo poder público municipal, mas que, na prática, são deixados à própria sorte, inexistindo tanto segurança pública para os seus usuários e conservação dos equipamentos, quanto iluminação adequada. Esses espaços compõem o quantitativo expresso na *Tabela 02*, sinalizado por meio dos dois últimos

eixos temáticos.



Figura 03 – Estádio Cardoso, Bairro Sá Viana



Figura 04 – Praça do Vôlei, Bairro Vila Embratel



Figura 05 – Praça do Bacurizeiro, Bairro Vila Embratel



Figura 06 – Praça da Vitória, Bairro Angelim

Com relação à percepção dos usuários desses espaços, observa-se uma maior subjetividade face aos eixos temáticos. Assim, aqui se evidencia uma alternância de respostas – positivas e negativas – sobre aspectos de um mesmo espaço analisado entre os que participaram da pesquisa. Isso justifica os resultados definidos na *Tabela 03*, na qual as classes temáticas se igualam em dois dos quatro eixos analisados (condições de uso e segurança).

Tabela 03 – Percepção dos usuários dos espaços e equipamentos sobre a conservação/manutenção e segurança – SEMDEL

Eixos temáticos	n.	%
<u>Condições de uso</u>	270	100
Adequado	135	50
Precisa de melhorias	133	19,25
Não sei	2	0,74
<u>Limpeza/manutenção</u>	270	100
Adequada	174	64,44
Inadequada	92	34,07
Não sei	4	1,48
<u>Segurança</u>	270	100
Possui	126	46,66
Não possui	138	51,11
Não sei	6	2,22
<u>Iluminação</u>	270	100
Apropriada	220	81,48
Inapropriada	41	15,18
Não sei	9	3,33

De modo geral, observa-se por meio dos questionários aplicados aos usuários que, em sua maioria, estes consideram estarem adequadas as condições de limpeza/manutenção que esses espaços se encontram, como também a iluminação, o que representa, respectivamente, 64% e 81% das respostas registradas. Entretanto, tendo como ponto de partida as respostas majoritárias dadas pelos usuários para cada um dos eixos, pode-se chegar ao seguinte cenário de pesquisa: dos 23 (vinte e três) espaços visitados, 12 (doze)⁵ estão entre os que os usuários consideram estar em condições adequadas para o uso; já com relação ao quesito segurança, o cenário é mais negativo que positivo; para o público frequentador, 14 (quatorze)⁶ desses ambientes analisados não possuem segurança pública ou privada; o quesito iluminação é o que se apresenta de modo mais satisfatório, com 20 (vinte)⁷ espaços apresentando qualificação

⁵ Praça Maria da Paz, Ginásio Tião, Praça da Boa Vizinhança, Praça as Flores, Praça das Mães, Praça das Margaridas, Praça das Mercês, Praça dos Sonhos, Praça Doze de Outubro, Praça Othelino Filho, Quadra Sabará e Quadra Poliesportiva da Liberdade.

⁶ Estádio do Cardozão, Praça da União, Praça Parque Shalom, Praça Antônio, Praça da Boa Vizinhança, Praça das Margaridas, Praça do Babaçu, Praça do Bacurizeiro, Praça do Vôlei, Praça dos Sonhos, Praça Honorina Braga, Praça Maria Pinho, Praça Nossa Senhora do Carmo e Praça Othelino Filho.

⁷ Com exceção do Estádio Cardozão, Praça União e a Praça das Mercês.

apropriada ou adequada para a prática de atividades esportivas de lazer.

Considerações Finais

A análise sobre as condições infraestruturais dos espaços e equipamentos públicos esportivos que estão sob a responsabilidade da SEMDEL da cidade de São Luís/MA, no período de 2014 a 2022, por meio do escrito, o dito e o feito, revelou haver uma tímida atuação do poder público no gerenciamento de uma política de Estado, agravada face ao não reconhecimento da Secretaria como órgão responsável pela gestão de mais de 85% dos logradouros.

Isso implica em um esvaziamento propositivo, tanto no que diz respeito à elaboração de um plano de gestão, que descreva a realidade e principais necessidades das localidades que possuem ou não tais espaços, quanto na destinação de recursos financeiros capazes de atender de forma perene às condições infraestruturais de todos os ambientes, como manutenção e segurança.

Alerta-se que há, sobretudo, a institucionalização de uma política de conveniência que, operando em prol de determinadas predileções, desenvolve programas e projetos que possam acomodar seus valores e atender a interesses pessoais, em detrimento de benefícios gerais. Assim, fica evidente que os gestores moldam suas decisões por critérios essencialmente político-partidários, com a política esportiva em curso se comportando de acordo com os atores que operam o Estado em um dado momento.

De outro modo, uma possibilidade de explicação da não-importância dada pelos agentes políticos no gerenciamento dos seus espaços e equipamentos de lazer esportivo, a partir do escrito, o dito e o feito, seria o fato de que muitos deles parecem não ter preparo/*expertise* para operar as questões relacionadas à política pública de esporte e lazer, especialmente no que diz respeito a superação do quadro de insuficiência de financiamento público e a ausência de profissionais qualificados na estrutura da SEMDEL para concretizar ações no campo do esporte.

Em síntese, comprovou-se que, dentro dos limites administrativos geográficos da cidade de São Luís, existem bairros sem nenhum espaço esportivo de lazer, ao passo que, em outros, há uma visível concentração, revelando uma desigualdade de acesso decorrente da ação do poder público. Por isso, parece haver uma política pública setorial mais suscetível ao atendimento de interesses eleitoreiros do que preocupada com uma cidadania esportiva, concebida por meio da garantia de direitos.

Referências

1. Brasil, Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. Brasília - DF: Presidente da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jul. 2023.
2. Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
3. Triviños ANS. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em educação: a prática reflexiva. São Paulo, SP: Atlas, 1987.
4. Marconi MA, Lakatos EM. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010.
5. Bardin L. Análise de conteúdo. 1. ed. São Paulo: edições 70, 2016.
6. Magalhães YC da S. Mais do Mesmo? As políticas públicas de esporte no Maranhão em governos de distinta orientação política. Brasília. [Doutorado] - Universidade de Brasília; 2023. Disponível em:
7. Moreno AM, Santos RF dos, Fidalgo ECC. Planejamento ambiental de áreas verdes: estudo de caso em Campinas–SP. Rev. Inst. Florest. [Internet]. 6º de junho de 2007; 19(1):19-30. Disponível em: <https://rif.emnuvens.com.br/revista/article/view/334>. Acesso em: 19 mai. 2024.
8. Silva MC da, Silva AB da, Amorim TEC. Condições de espaços públicos destinados a prática de atividades físicas na cidade de Pelotas/RS/Brasil. Rev. Bras. Ativ. Fís. Saúde [Internet]. 29º de agosto de 2012;17(1): 28-32. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/535>. Acesso em: 19 mai. 2024.
9. Anjos VAA, Silva JVP da. Política de promoção da saúde no lazer em academias públicas de Campo Grande – MS, Brasil. Retos [Internet]. 1º de janeiro de 2021; 39: 379-87. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/article/view/79382>. Acesso em: 19 mai. 2024.
10. Ungheri BO, Medina ACR, Pereira B de A. Mapeamento dos Espaços e Equipamentos Públicos de Lazer e Esporte Disponíveis em Ouro Preto (MG) e seus Distritos. Licere [Internet]. 14º de novembro de 2022; 25(3): 20-46. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/41622>. Acesso em: 19 mai. 2024.
11. Ungheri BO, Isayama HF. Equipamentos públicos de lazer e esporte: o cenário institucional de municípios que implementaram o Programa Esporte e Lazer da Cidade. Rev Bras Ciênc Esporte [Internet]. 2021; 43:e011120. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/rbce.43.e011120>. Acesso em: 19 mai. 2024.

12. Silva DAS, Petroski EL, Reis RS. Barreiras e facilitadores de atividades físicas em frequentadores de parques públicos. *Motriz* [Internet] 2009; 15(2): 219-227. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/2243/2274>. Acesso em: 08 out. 2024.
13. McGinn AP, Evenson KR, Herring AH, Huston SL, Rodriguez DA. The association of perceived and objectively measured crime with physical activity: a cross-sectional analysis. *Journal of physical activity e health*. Champaign [Internet] 2008; 5(1): 117-131. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18209258/>. Acesso em: 08 out. 2024.
14. Amorim TC, Azevedo Junior MR, Hallal PC. Physical activity levels according to physical and social environmental factors in a sample of adults living in south Brazil. *J Phys Act Health* [Internet] 2010; 7: 204-212. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20702908/>. Acesso em: 08 out. 2024.
15. Tschoke A, Rechia S. O lazer das crianças no bairro Uberaba em Curitiba: a dialética entre os espaços de lazer e a problemática urbana na periferia. *Revista Brasileira de Ciência do Esporte* [Internet] 2012; 34(2): 263-280. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/XVKkr6Yw9c8gH3by5swPMkJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 de out. 2024.
16. São Luís. Secretaria de Estado do Desporto e Lazer - SEMED. Relatório de atividades. São Luís, 2013. 54f
17. Prefeitura de São Luís. Lei nº 5.816, de 20 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017, e dá outras providências. São Luís, Maranhão. Disponível em: <https://transparencia.saoluis.ma.gov.br/pagina/2420/>. Acesso em: 08 ago. 2023.
18. Prefeitura de São Luís. Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021. São Luís, Maranhão. Disponível em: <https://transparencia.saoluis.ma.gov.br/pagina/2420/>. Acesso em: 08 ago. 2023.
19. São Luís. Lei nº 4.902, de 26 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a transformação da Fundação Municipal de Desporto e Lazer - FUMDEL em Secretaria Municipal de Desporto e Lazer - SEMDEL, e dá outras providências. Regimento Interno. São Luís, MARANHÃO. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ma/s/sao-luis/lei-ordinaria/2007/491/4902/lei-ordinaria-n-4902-2007-dispoe-sobre-a-transformacao-da-fundacao-municipal-de-desporto-e-lazer-fumdel-em-secretaria-municipal-de-desporto-e-lazer-semdel-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 05 ago. 2023.

20. Rechia S. Atividades físicas e esportivas e as cidades. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano no Brasil. [Internet]. 2017. Disponível em: http://www.each.usp.br/gepaf/wp-content/uploads/2017/10/PNUD_RNDH_completo.pdf. Acesso em: 19 mai. 2024.
21. Muller A. Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma ideia. Lazer e desenvolvimento regional, Rio Grande do Sul (RS): Santa Cruz do Sul; 2002.
22. Dalmas LC. Brasília capital desigual! Políticas públicas e limites para a efetivação do Direito ao esporte no Distrito Federal (2009 a 2019). Brasília. [Doutorado em Educação Física] - Universidade de Brasília; 2022. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/44504>. Acesso em: 08 ago. 2023.
23. Carneiro LR. *et. al.*. Caracterização socioeconômica de São Luís: produção técnica do DIIE. Maranhão (MA): São Luís; 2022. Disponível em: <https://editorapascal.com.br/wp-content/uploads/2024/01/100.-caracterizacao-socioeconomica-de-sao-luis.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2023.
24. Mascarenhas F. O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. Rev bras educ fís esporte [Internet]. 2016;30(4):963–80. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-55092016000400963>. Acesso em: 08 ago. 2023.
25. Teixeira MR, Carneiro FH, Mascarenhas F, Matias WB. Esporte, fundo público e pequena política: os reveses de um orçamento (r)emendado. Movimento [Internet]. 24º de junho de 2018;24(2):593-606. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/73007>. Acesso em: 08 ago. 2023.
26. Castro SBE de, Scarpin JE, Mezzadri FM. Emendas parlamentares e o orçamento federal para o esporte brasileiro (2004-2015). Motriv [Internet]. 5º de junho de 2020;32(62):01-17. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-80402.2020e67168>. Acesso em: 08 ago. 2023.
27. Pereira PAP. Política social: temas e questões. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2009.